

A CADA UNO SEGÚN
SUS FUERZAS:
A CIRCULAÇÃO
DE IMPRESSOS
ANARQUISTAS
NA FORMAÇÃO
DO MOVIMENTO
OPERÁRIO EM
BUENOS AIRES
(1890-1905)



IV SICCAL

[GT 1 - PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E FRUIÇÃO DE BENS CULTURAIS]

Eduardo Augusto Souza Cunha

Universidade de São Paulo (USP)

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente estudo tem como objetivo abordar a circulação de jornais, livros e folhetos anarquistas durante o período de formação das organizações operárias em Buenos Aires. Na nossa investigação, concluimos que o circuito editorial anarquista possuía uma marca particular quando comparado com a produção e a circulação dos impressos do incipiente mercado editorial portenho. Na tentativa de não mercantilizar suas publicações, os anarquistas lançaram mão de uma concepção voluntarista que tanto possibilitava uma distribuição significativa como trazia instabilidades aos projetos editoriais ao longo dos anos. Dessa forma, acreditamos que a análise da produção e circulação dos impressos anarquistas em Buenos Aires pode ser considerada um exemplo de uma produção editorial das classes subalternas.

Palavras-chave: Anarquismo. Argentina. História do Livro.

The present study aims to approach the circulation of anarchist newspapers, books and leaflets during the period of formation of workers' organizations in Buenos Aires. In our investigation, we conclude that the anarchist publishing circuit had a particular brand when compared to the production and circulation of printed matter in the emerging publishing market in Buenos Aires. In an attempt not to commercialize their publications, the anarchists used a voluntarist conception that both made possible a meaningful distribution and brought instability to editorial projects over the years. Thus, we believe that the analysis of the production and circulation of the anarchist printed matter in Buenos Aires can be considered an example of an editorial production of the subaltern classes.

Keywords: Anarchism. Argentina. Book History.

El artículo tiene como objetivo abordar sobre la circulación de periódicos, libros y folletos anarquistas en los años de formación de las organizaciones obreras en Buenos Aires. En nuestra investigación, concluimos que el circuito editorial anarquista tenía una peculiaridad en relación con la producción y la circulación, difiriéndose del incipiente mercado editorial bonaerense. En la búsqueda de no mercantilizar sus publicaciones, los anarquistas adoptaron una concepción voluntarista que posibilitó una distribución significativa, así como ocasionó instabilidades económicas a los proyectos editoriales a lo largo del tiempo. Por lo tanto, creemos que el análisis de la producción y circulación de los impresos anarquistas en Buenos Aires puede ser considerado un ejemplo de una producción editorial de las clases subalternas.

Palabras clave: Anarquismo. Argentina. Historia del Libro.

Introdução¹

No Censo de 1895, a seção sobre a edição de jornais, livros e revistas no país destacava o crescimento da produção de impressos. Comentando a diversidade dos títulos, que abarcava todas as posições políticas, o texto oficial comentou que em seu conjunto estavam presentes “todos los intereses sociales, y hasta, como una mancha en el sol de nuestros progresos ¡el socialismo y el anarquismo! Verdad que esos periódicos son anónimos y subrepticios, editándose en imprentas desconocidas y repartiéndose vergonzosamente en la obscuridad” (PRIETO, 1988, p. 39). O destaque dado no Censo para os impressos anarquistas demonstra que sua presença já representava um incômodo para os dirigentes do Estado argentino.

No funcionamento do circuito editorial anarquista, percebe-se que ele se distancia de uma formação capitalista. As publicações anarquistas ganham vida não por meio de editores que investem seu capital na busca do retorno financeiro, mas sim através de operários que necessitavam se desdobrar para cobrir os custos de impressão. Se na maior parte dos grupos editores havia a presença de ao menos um com experiência em tipografia, o problema das finanças permanecia. Edgard Carone, ao estudar o papel de Astrogildo Pereira como importador de

livros e distribuidor do Partido Comunista do Brasil na década de 1920, deparou-se com uma realidade semelhante. Segundo ele:

as formas modernas de produção editorial e de sua difusão ainda se encontram em estágio artesanal, precário e difuso, dependente de esforços isolados de indivíduos. Estamos falando de um processo em que a produção literária da classe operária volta-se timidamente para o mercado [...], presa a fatores fortuitos e não seguindo a dinâmica moderna, de fundo capitalista, que se destina à produção maciça. (DEAECTO; SECCO, 2004, p. 104-105)

O propósito central da edição para os ácratas era difundir suas ideias, contribuindo para a conscientização dos trabalhadores sobre o porquê da sua miséria e a possibilidade da construção de uma sociedade baseada em uma nova ordem econômica e política. Tal propósito era tão forte que alguns grupos anarquistas se negavam a precificar suas publicações, distribuindo-as em troca de doações voluntárias dos leitores ao invés de vendê-las.

Se os anarquistas buscavam distanciar seu circuito editorial do circuito comercial dos impressos, como seus editores conseguiam reunir o dinheiro necessário para imprimir suas publicações? E, depois de impressas, como era feita a distribuição? Partindo dessas questões, o artigo pretende explorar a circulação de livros e folhetos anarquistas em Buenos Aires entre os anos de 1890 e 1905.

Nesse período, a capital argentina passava por uma expansão demográfica. A cidade foi um dos principais destinos da imigração transatlântica devido ao crescimento econômica da Argentina. A multidão

¹ Esse trabalho fez parte da pesquisa de mestrado intitulada “Editar a revolta: edição e circulação de impressos anarquistas em Buenos Aires (1890-1905)”, realizada com apoio da FAPESP (processo nº 2015/10523-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

estrangeira engrossou as massas da classe trabalhadora portenha, que estava no início do seu processo de autoformação. A formação das primeiras organizações operárias impulsionou a difusão do socialismo e do anarquismo, corrente política que se tornou majoritária entre os trabalhadores portenhos nesses anos.

Para entender o lugar ocupado pelas publicações anarquistas na produção impressa de Buenos Aires, devemos entender as linhas gerais de formação do campo de leitura na Argentina. Esse tema será nossa primeira questão abordada. Em seguida, apresentaremos o panorama das publicações anarquistas e, por fim, os meios de financiamento e as formas de distribuição adotados pelos grupos editores.

A formação do público leitor na Argentina

Nas últimas décadas do século XIX, Buenos Aires se transformou completamente. Por ser ao mesmo tempo a capital e o principal porto do país, a cidade acompanhou as profundas mudanças socioeconômicas da Argentina. A economia agroexportadora, baseada na pecuária e no cultivo de grãos, representou o motor de tal processo. Com isso, o porto que despachava carne e trigo recebia navios cheios de imigrantes, atraídos pelo crescimento econômico. O fluxo migratório foi o grande responsável pela explosão demográfica vista na capital argentina. Se em 1869 Buenos Aires registrava uma população de 187.126 habitantes, em 1904 havia

mais do que o quádruplo, 950.891, sendo que 427.850 eram estrangeiros (BOURDÉ, 1977, p. 156-157).

A grande maioria desses imigrantes, após desembarcar, encontrou condições bem diferentes daquelas prometidas em território europeu. Muitos deles viajaram em busca de adquirir uma pequena propriedade rural. Essa alternativa, contudo, estava disponível para a primeira onda migratória das décadas de 1860 e 1870, mas a partir dos anos seguintes ela diminuiu drasticamente. Isso porque a criação de gados e o plantio de trigo assentou-se sobre grandes latifúndios, concentrados nas mãos de poucos proprietários. Sem a possibilidade de ter seu próprio quinhão de terra, os trabalhadores concentraram-se em Buenos Aires, onde o mercado interno tinha grandes demandas de mão-de-obra para acompanhar o rápido desenvolvimento urbano.

Com modernização econômica vieram suas inevitáveis contradições sociais. Após vivenciarem péssimas condições de trabalho, os trabalhadores se reúnem e criam seus sindicatos. Em meio à organização operária para defenderem melhoras de vida, difundiram-se os ideais do anarquismo, ao lado do socialismo. Os anarquistas eram defensores da autonomia operária, na qual os organismos criados pela classe trabalhadora serviriam tanto no processo de luta de classes quanto seriam a base de uma nova ordem política e econômica, que suplantaria o Estado e o capitalismo. Em 1901 eles impulsionam, junto com os socialistas, a criação da Federación Obrera Argentina (FOA). Após disputas internas, os socialistas se retiraram e os anarquistas tornam-se a corrente ideológica hegemônica na principal federação operária do país. Sua influência é visível também na deflagração

da greve geral de 1902, iniciada justamente no porto de Buenos Aires.

O crescimento acelerado de Buenos Aires não deixou marcas apenas no tecido social e econômico, mas também no cultural. Nesse contexto emerge também um incipiente mercado editorial. Para tratá-lo, é preciso fazer duas ressalvas iniciais. Em primeiro lugar, a edição de livros ainda está involucrada com a publicação de outros gêneros, sobretudo jornais. É o que vemos ao analisar, por exemplo, a primeira grande coleção de livros com altas tiragens de exemplares da Argentina, a Biblioteca de La Nación, editada pelo jornal homônimo entre 1902 e 1920. Em segundo lugar, a própria atividade de editor está atrelada a outras funções do circuito produtivo do livro. Vemos, na maioria dos casos, editores-livreiros ou editores-tipógrafos. A figura do editor moderno floresce na Argentina a partir dos anos 1920. Contudo, é importante entender essa etapa germinal do mercado editorial argentino pois, como veremos, ele já estava presente no cotidiano de diversos grupos sociais.

Para sua formação foram essenciais as políticas públicas adotadas pela Argentina no final do século XIX, sobretudo o estabelecimento da educação universal e o incentivo às bibliotecas populares. A figura central desse processo foi Domingo Faustino Sarmiento. Enquanto ocupou o cargo de presidente, entre 1868 e 1874, o centro da sua atenção foi o desenvolvimento do ensino primário. Durante seu governo a fundação de escolas cresceu de forma exponencial e o número de matrículas nas escolas saltou de cerca de 30.000 para aproximadamente 100.000 (FRANCO, 2003, p. 28). Sarmiento seguiu como figura de destaque na política educacional argentina após deixar a

presidência. Em 1875, foi nomeado diretor da “Comisión Nacional de Educación”. Em sua nova função pôde estender os projetos de ensino voltado para os adultos. Nesse sentido, a principal medida adotada foi a criação das escolas noturnas. Ao atenderem alunos com mais de quinze anos, elas representaram um importante fator na redução do analfabetismo.

Todavia, apesar das diversas iniciativas das décadas de 1860 e 1870, ainda não havia uma legislação que cumprisse o papel de unificar os sistemas de ensino e regulamentasse a relação entre as instituições provinciais e nacionais. Os primeiros movimentos nessa direção ocorrem em 1882, quando ocorreu o “Congreso Pedagógico Sudamericano” em Buenos Aires. As discussões ocorridas nesse espaço serviram de prelúdio para a Lei nº 1420 ou Lei de Educação Comum, promulgada dois anos depois. Os debates de construção da lei se polarizaram entre intelectuais católicos e laicos. Com o triunfo do último grupo, a lei decretou o ensino obrigatório e laico para as crianças e a gratuidade das escolas públicas, além da normatização da estrutura burocrática da educação pública no país.

Em conjunto com as escolas recém-fundadas, outro vetor significativo no decréscimo do analfabetismo foi a criação de bibliotecas. Também incitado por Sarmiento, o projeto se iniciou com a Comisión Protectora de Bibliotecas Populares (CPBP) constituída mediante a Lei nº 419 de 1870. Como seu próprio nome anuncia, o objetivo do órgão era fomentar que associações cívicas criassem e mantivessem instituições de leitura. Uma rede de bibliotecas populares serviria de suporte às escolas, com o intuito de reforçar os hábitos de leitura adquiridos

nas escolas primárias. Ademais, uma função de estender a distribuição de impressos para o novo tipo de leitor oriundo das campanhas de alfabetização.

Para os interessados no apoio estatal, era preciso enviar o estatuto da organização, a lista de livros requeridos e uma soma de dinheiro. Ao deferir o pedido, a CPBP acrescentava um valor igual ao montante enviado – ou seja, dobrava os recursos obtidos entre os afiliados –, vertia todo o dinheiro na aquisição das obras listadas e enviava o material sem custos adicionais para a biblioteca da associação.

As bibliotecas populares tinham autonomia administrativa, com a gestão feita entre os próprios associados, assim como independência programática, com liberdade sobre a escolha do material para a composição do acervo. Se esse ponto era essencial para atrair o interesse das sociedades civis, por outro lado desobrigava o governo a arcar com mais custos ao delegar as funções organizativas. Outro aspecto relevante para a adesão popular ao projeto foi a definição abrangente adotada pela CPBP do que poderia ser considerado uma biblioteca popular: “una reunión de libros más o menos considerable, puesta en un local cualquiera, al cuidado de una persona, con el objetivo de facilitar dichos libros en préstamo, bajo ciertas condiciones y garantías, á cualquier vecino que quiera leerlos.” (PLANAS, 2014, p. 208)

A relação entre o governo e as associações, contudo, não era tão igualitária quanto parece nessa primeira aproximação. O próprio Sarmiento admitiu o surgimento de algumas rugas acerca da eleição de alguns livros (SOARES, 2007, p. 43). Com isso, a CPBP alterou sua política

de subvenção em 1874. A partir de então, os requerentes não poderiam escolher todas as obras, mas somente aquelas que compreendiam o aporte financeiro enviado por eles. O material comprado com investimento governamental passou a ser selecionado pela CPBP. Para os administradores do programa de subsídios às bibliotecas populares havia um reduzido grupo social visto como colaborador em potencial. Desde o primeiro número do boletim da CPBP, os idealizadores da política governamental deixaram claro sobre quais pessoas deveriam incentivar a fundação das bibliotecas. Através do seu veículo de comunicação, a CPBP fez um chamado aos funcionários municipais, professores, párocos, juizes de paz e membros de clubes sociais (PLANAS, 2010, p. 5-6). O tom do apelo era moralizante, convocando as autoridades locais a contribuírem com o progresso da nação e os alertando sobre os perigos da ignorância popular.

A política da CPBP teve grande êxito nos primeiros anos. Registrou-se a adesão de 158 bibliotecas em todo o país, que receberam cerca de 40.000 livros entre 1870 e 1876 (PLANAS, 2012, p. 47). Nesse ano, porém, houve a derrogação da Lei nº 419, modificando-a em pontos essenciais. As alterações estipulavam a supressão da CPBP, a transferência de suas atribuições para a Comisión Nacional de Escuelas e a interrupção dos subsídios para as associações mantenedoras. O encerramento da política de fomento às bibliotecas populares ocorreu em meio ao reordenamento do Estado argentino devido a problemas orçamentários. Com isso, o número de bibliotecas populares caiu de maneira brusca. Na década de 1890, havia o registro de dezesseis instituições em funcionamento (SOARES, op. cit., p. 42). Em 1908, o governo

reativou a CPBP e nas décadas seguintes houve uma grande difusão de bibliotecas populares por todo o país (GUTIÉRREZ; ROMERO, 2007, p. 71-107).

Embora a política de subvenção às bibliotecas populares tenha permanecido por poucos anos, ela foi um marco para a história da leitura na Argentina. Em primeiro lugar, essas instituições ocuparam um importante papel nas campanhas de alfabetização, pois foram uma extensão das escolas. Se os recém-alfabetizados aprendiam o alfabetário sobretudo no ensino primário e, em menor medida, nos estabelecimentos voltados ao letramento de adultos, nas bibliotecas populares eles tinham a possibilidade de manter o hábito de ler. Além disso, elas constituíram uma ruptura na tradição biblioteconômica do país. Até então, as bibliotecas que mantinham um acervo circulante eram raras. O paradigma de biblioteca se aproximava mais daquele de espaço de conservação do que de difusor do conhecimento. Assim, o empréstimo de livros em troca do pagamento de uma taxa módica representou a inovação mais radical das bibliotecas populares, iniciando o modelo de biblioteca como um lugar de disseminação cultural (PLANAS, 2014, p. 208).

A implementação das políticas públicas voltadas ao ensino primário e à criação da rede de bibliotecas populares resultaram em uma grande expansão do público leitor em Buenos Aires. Um indicador da presença de um número elevado de novos leitores é o crescimento exponencial da imprensa. Ernesto Quesada, um dos mais ilustres membros da elite cultural portenha, escreveu um estudo em 1883 sobre a situação da edição de jornais na Argentina, no qual ele lança mão de diversos dados estatísticos e

os compara com o de outros países. Segundo ele, em 1877 eram publicados 148 jornais de distintos tipos e diferentes periodicidades em meio a uma população de 2.347.000 de habitantes, resultando em um título de jornal para cada 15.700 pessoas. De acordo com Quesada, essa proporção era a quarta maior no âmbito internacional, pois só era inferior àquela encontrada nos Estados Unidos (um a cada 7.000 pessoas), na Suíça (um a cada 8.000) e na Bélgica (um a cada 15.000). Cinco anos depois, em 1882, eram 224 jornais publicados no seio de uma população de 3.026.000 de pessoas, colocando a Argentina no terceiro posto. Quesada prossegue sua investigação e faz outra análise quantitativa, mas agora se baseando na quantidade de exemplares. O autor, tomando como pressuposto uma tiragem média de 1.500 exemplares, calculou que 322.500 exemplares de jornais argentinos circularam no país em 1882. Dessa forma, pode-se afirmar que na Argentina publicava-se um jornal a cada dez habitantes (PRIETO, 1988, p. 34-36).

Como não é possível saber ao certo os dados consultados e a metodologia empregada por Quesada, outra forma de traçar um quadro quantitativo da evolução da imprensa argentina é indicar os números apresentados por alguns jornais das suas tiragens. Em 1877, o Censo municipal de Buenos Aires listou os jornais de maior circulação da cidade. Apenas quatro alcançavam tiragens médias superiores a uma dezena de milhar: *La Prensa* e *La Nación*, no topo da lista com 18.000 cópias impressas por dia, seguidos de *El Diario*, com 12.500 e logo atrás vinha *La Patria Italiana*, com 11.000 (PRIETO, op. cit., p. 37). Sem dúvidas, a capacidade de imprimir estava atrelada com a possibilidade de contar com as inovações tecnológicas

criadas nos centros europeus. Por exemplo, esses números apresentados foram um reflexo da adoção da rotativa Marinoni, que conseguia imprimir 1.200 exemplares por hora com apenas um operário. Até então predominava na região o uso de tipografias manuais, capazes de reproduzir 200 folhas por hora ao serem manejadas por duas pessoas (EUJANIAN, 1999, p. 574).

Em 1888, o jornal *La Nación*, dirigido pelo ex-presidente Bartolomé Mitre, anunciou a renovação do seu maquinário com a aquisição de equipamentos importados de Paris. Com eles, sua média de publicações chegou a 35.000 cópias por dia. Dez anos depois, próximo do fim do século, o diário *La Prensa* inaugurou seu novo edifício com um serviço telegráfico moderno e uma oficina gráfica de ponta. O custo total das suas novas instalações chegou a 3 milhões de dólares da época. O Censo municipal de 1904 ostentava o poderio do jornal, comparando-o com as empresas estadunidenses. Tal comparação não era desmedida, pois as tiragens diárias de 95.000 exemplares realmente eram notórias (PRIETO, op. cit., p. 37-40).

Uma imprensa com infraestrutura renovada e capaz de editar altas tiragens só foi possível devido à existência de uma quantidade de leitores capazes de absorver sua produção. A ampliação do público leitor na Argentina não se espalhou por todo o território nacional, concentrando-se na região em torno de Buenos Aires² e ocorreu de modo abrupto, alterando os quadros da

cultura letrada. Se antes ela estava inscrita em uma esfera restrita e homogênea, acessada apenas pelos membros da elite política e econômica, nesse momento transformou-se em um espaço amplo ao abrigar um novo tipo de leitor, formado nos projetos públicos de alfabetização. A nova formação do público leitor, portanto, incorporou setores sociais que despossuíam a capacidade de ler e escrever. Com isso, é possível afirmar que houve uma reconfiguração dos campos de leitura na Argentina, com o convívio de dois circuitos díspares de produção e circulação cultural: o primeiro, estruturado sob o modelo tradicional de cultura letrada e dominado pela elite; e o segundo, formado pelos novos leitores que impunham seus próprios interesses, gostos, espaços de sociabilidade e hábitos de leitura. Apesar de o primeiro setor seguir no controle dos critérios de legitimação da crítica (isto é, os elementos que definiam o que se deve ler e o que se deve editar), sua presença deixou de ser exclusiva e excludente. A coexistência dos dois circuitos criou uma relação tensa que estabeleceu, nas palavras de Prieto, “las líneas de conflicto, los préstamos y contaminaciones, los mensajes cruzados, los elementos paraliterarios de presión pero también de regulación y control social.” (PRIETO, op. cit., p. 19)

Esse processo é visível ao observarmos o alcance de *El gaúcho Martín Fierro* de José Hernández nos anos de 1870 e os folhetins criollistas difundidos nas duas décadas seguintes. O poema de Hernández com o tema da difícil situação social dos *gauchos* após as transformações da zona

2 De acordo com Sergio Pastormelo, o estabelecimento de um público leitor amplo e diversificado se localizou na mesma zona na qual convergiram o núcleo da rede ferroviária e a concentração dos imigrantes, isto é, a região que abarca as províncias de

Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fe, tendo por centro a capital federal. Ver PASTORMELO, 2014, p. 1-29.

rural teve uma rápida difusão. Entre 1872, quando foi publicado, e 1876, houve onze edições, totalizando 48.000 exemplares. Apesar de não ter sido reconhecido pela crítica em um primeiro momento, *Martín Fierro* teve grande sucesso no gosto popular. O mesmo se passou com os folhetos da literatura criollista. Eduardo Gutiérrez, com sua saga de Juan Moreira, que traz a história de um *gaucho* injustiçado que decide se vingar e, com isso, torna-se um fora da lei perseguido pela polícia, conseguiu superar a marca dos 62.000 exemplares vendidos ao longo de vinte anos (QUESADA, 1902, p. 36).

Na virada do século XIX para o XX, a literatura criollista tinha uma enorme circulação. Citaremos alguns títulos, para não sermos repetitivos. Sebastián Berón, por exemplo, viu sua *Décimas variadas* alcançar a décima sétima edição em 1897, mesma quantidade alcançada por *La Muerte de Juan Moreira* em 1899. Santiago Rolleri, outro autor muito difundido conhecido pelo anagrama Santiago Irellor, chegou em 1894 a dez edições de *El crimen de Olavarría* e, em 1900, saiu a sétima edição de *El hijo de Martín Fierro* e *El gaucho Juan Valiente*. O intervalo entre a publicação e a venda de todas as cópias também era assombroso. No prólogo de *Los atorrantes de levita y los jalifes del día* de 1897, Martín Rodríguez se orgulhava do seu *Nuevas y últimas Vidalitas Santiagueñas* ter esgotado duas edições no intervalo de um mês. Se alguns títulos traziam o número de reedições impresso nas capas como signo de ostentação, outros publicavam suas tiragens. Era o caso de *El moderno payador Candelario* de 1897, destacando a sua edição de 20.000 exemplares. A mesma cifra foi alcançada por *Los apuros de un vigilantes*, publicado no mesmo ano (PRIETO, op. cit., p. 67-68). A respeito da

literatura criollista e seu circuito de distribuição, Adolfo Prieto afirma:

[...] millares y millares de ejemplares los que circulaban bajo los auspicios de una industria editorial incipiente, tan improvisada como astuta, tan rudimentaria como eficaz, tan desdeñosa y tan consciente de su propia naturaleza como para evitar los canales tradicionales de difusión e inventarse los propios: el quiosco callejero, los salones de lustrar, las barberías, las terminales de trenes, los escaparates de las ferias y, por supuesto, las valijas trashumantes del mercachifle. (PRIETO, op. cit., p. 50)

O período compreendido pelo último quartel do Oitocentos e a alvorada do século XX testemunhou uma transformação radical nos campos de leitura da Argentina, sobretudo em Buenos Aires, onde o fenômeno se concentrou. A partir das políticas públicas destinadas para a erradicação do analfabetismo, houve uma profunda mudança nos circuitos de produção e circulação dos impressos. A imprensa, ao renovar seu maquinário a partir das novidades tecnológicas vindas da Europa, teve um crescimento formidável e impulsionou a formação embrionária do mercado editorial. Essa evolução só foi possível por uma súbita expansão dos campos de leitura. Se ler e escrever constituía anteriormente uma fronteira visível entre a cultura erudita e a cultura popular, ela sucumbiu nesse momento em que a população letrada cresceu exponencialmente em um curto intervalo de tempo, ao incluir grupos sociais que até então passavam ao largo dessas faculdades. Esses setores integraram rapidamente o hábito da leitura em seu cotidiano e representaram os principais atores na modernização dos campos

de leitura da Buenos Aires finissecular ao firmarem a presença das suas preferências literárias no contexto cultural.

Além das tensões entre cultura popular e erudita, no final do século XIX há o surgimento de conflitos políticos dentro do mundo dos impressos originados em parte pelos anarquistas e sua produção impressa.

O anarquismo em Buenos Aires (1890-1905)

A partir da década de 1880, os anarquistas atuaram nas primeiras sociedades de resistência criadas em Buenos Aires. Nota-se, sobretudo, a presença de militantes ácratas no ciclo de greves registrada no final da década. O historiador Ricardo Falcón indicou que entre 1888 e 1890 houve a ocorrência de trinta conflitos entre trabalhadores e patrões, enquanto que para todo o período anterior da mesma década foram registrados apenas treze eventos (FALCÓN, 1984, p. 80). Nessa onda crescente da mobilização operária, os anarquistas se destacaram nas greves promovidas pelos sapateiros e pelos padeiros. Na entrada da década seguinte, há um refluxo nas greves. Com isso, surge um debate entre as fileiras anarquistas: os anarquistas devem se envolver com a organização sindical? Criam-se, então, dois setores: os organizadores e os antiorganizadores.

A despeito da confusão que possa gerar a partir de sua denominação, os “antiorganizadores” eram contra os trabalhadores se organizarem em sindicatos, mas defendiam um modelo de organização

política. Influenciados pela tradição insurrecionalista presente em diversas correntes socialistas do século XIX, estruturavam-se em pequenos grupos, em geral voltados para ações de propaganda (organização de conferências, debates e edição de jornais e folhetos, por exemplo) ou de expropriação, boicote e sabotagem. O principal porta-voz dessa vertente foi o *El Perseguido*.

Na visão desse jornal, constituem um entrave para a ação espontânea dos operários, além da possibilidade de serem utilizados para fins eleitorais. Indo além, a greve como ferramenta de luta também é vista com suspeitas. O jornal reconhecia sua legitimidade, porém, questionava seus benefícios para toda a classe trabalhadora. Isso porque em cada vitória de uma categoria em greve, que obtém aumentos salariais, o valor despendido pelos capitalistas é compensado com o aumento do valor de venda das mercadorias produzidas. A despeito de tal conclusão, o *El Perseguido* ratificava o direito das greves movidas por questões salariais, mas ressaltava que elas não podem se restringir a esta pauta:

no queremos aconsejar a aquellos individuos que pueden realizar una huelga que no la realicen, pues consideramos que cada uno está en el derecho de defender su bien propio, esperando la oportunidad de el bien general; pero hemos querido demostrar la realidad de la cosa afín que los obreros no se queden dormidos con los laureles de la huelga, sino que es preciso que piensen en cosas mas grandes, mas sublimes y mas humanitarias (sic), que es el bien de todos, y este no podrá obtenerse sino dando al traste con la propiedad individual para convertirla en propiedad social. (EL PERSEGUIDO, 25/09/1892, p. 1)

Como a atuação sindical é desaconselhada pelos “antiorganizadores”, a alternativa proposta são as ações insurrecionais. Os grupos devem ficar à espera de uma ocasião propícia para expropriar os bens econômicos, as seções administrativas e os postos policiais. Em um artigo anônimo de 1891, o autor cita, por exemplo, a possibilidade aberta pela Revolução do Parque de 26 de julho de 1890, tentativa de golpe de Estado promovida pelo Partido Radical. Em momentos como esse:

debemos aprovecharlo y que los grupos [anarquistas] se encarguen de desalojar las casas introductoras; almacenes, aduanas, bancos, etc., destruir los archivos hipotecarios y todo lo que sea título de propiedad, y vereis como esto ha de producir mejor resultado para nosotros [...] lo que debemos hacer es expropiarles de todo, hasta de sus existencias y de esta manera el día de la Revolución Social no nos quedará tanto trabajo para hacer. (EL PERSEGUIDO, 18/03/1891, p. 1)

Até que um momento de insurreição ocorra, para os “antiorganizadores”, os anarquistas devem se esforçar para despertar a consciência dos trabalhadores. Para isso, há dois caminhos: a propaganda pelas ideias e pelo “feito”, este último entendido como a realização de atentados políticos. Os eventos que ocorreram na Europa foram saudados pelo jornal. Em 24 de julho de 1892, quando a notícia da execução de Ravachol chegou em Buenos Aires, o *El Perseguido* rendeu-lhe uma homenagem em seu editorial (EL PERSEGUIDO, 24/07/1892, p. 1).

Não foram registradas, contudo, ações políticas que utilizaram a violência nesses anos na Argentina. Como afirma

Iaacov Oved: “lo que caracterizaba a los grupos anarquistas extremistas de los círculos anarco-comunistas no era la acción terrorista, sino el palabrerío terrorista. La palabra violenta no llegó a materializarse en actos, ni se desató una ola de terror en la Argentina” (OVED, 1978, p. 58). Desse modo, a ação dos “antiorganizadores” restringiu-se à propaganda, por meio da divulgação das suas ideias por meio escrito e oral.

Do outro lado, os “organizadores” enfatizam a importância da mobilização dos trabalhadores e da presença dos anarquistas nesse processo. *El Obrero Panadero*, jornal do sindicato dos padeiros impulsionado por militantes anarquistas, indicava qual era o motor da sociedade: “Es la lucha entre capital y el trabajo, entre el rico y el pobre, entre el burgués y el proletario. Esta, al día de hoy, es la lucha de las luchas, es aquella que las domina todas y todos quieren o no, están obligados a tomar parte en ella.” (EL OBRERO PANADERO, 20/09/1895, p. 1)

El Obrero Panadero não foi o único a advogar pela presença dos anarquistas dentro do sindicato. Nesses anos começaram a ser editados outros órgãos de imprensa com postura semelhante. Os principais foram a revista *La Question Sociale* (1894) e os jornais *L'Avvenire* (1895) e *La Protesta Humana* (1897). Ressalta-se também *El Oprimido* (1894), jornal editado em Luján por John Creaghe, mas com boa circulação em Buenos Aires.

A atuação sindical do anarquismo por-tenho foi parte de uma guinada do movimento nos últimos anos do Oitocentos, visível em outras partes do mundo. Na França, o anarquista francês Fernand Pelloutier começava a delinear as bases

anarquistas do sindicalismo revolucionário francês (PELLOUTIER, 2013); em Londres, Malatesta escrevia seus artigos sobre a estratégia anarquista no movimento operário no jornal *L'Agitazione*, polemizando com os militantes contrários à organização formal (TURCATO, 2009, p. 209-282). Na Argentina, os textos de ambos autores tiveram grande circulação, seja em folhetos ou nas páginas dos jornais (ZARAGOZA, 2001, p. 278-281).

Em Buenos Aires, essa guinada teve de se opor à perspectiva “antiorganizadora” até então predominante. Reproduzindo um artigo de Malatesta, *L'Avvenire* deixava o debate às claras: “Hemos de voltar al movimiento obrero y reconocer que ha sido un error alejarnos de él. Debemos entrar en las asociaciones obreras, conseguir amigos, tomar parte activa en las huelgas” (*L'AVVENIRE*, 21/03/1897, p. 2). Os anarquistas “organizadores” também se opuseram ao insurrecionalismo defendido por seus antípodas. Ao repercutir o assassinato do primeiro-ministro espanhol Cánovas del Castillo por Michele Angiolillo, o *La Protesta Humana* afirmou que “se abstiene de preconizar el camino de la venganza que causa víctimas sin deponer el régimen existente, que és la raíz de la injusticia. Cabe preferir la acción de las masas, en vez de los atentados de individuos, pues sólo en ella se encierra la fuerza capaz de derrocar el régimen” (*LA PROTESTA HUMANA*, 02/09/1897, p. 1). Em 1897, o mesmo jornal relatou o clima de tranquilidade dentro das fileiras anarquistas, demonstrando o ocaso dos “antiorganizadores” após o fim do *El Perseguido* no ano anterior:

Desechados los antiguos errores, olvidados los viejos antagonismos y desaparecidas del campo de la lucha todas aquellas cuestiones puramente personales que tantos

perjuicios habían reportado, lanzáanse los compañeros por una vía de propaganda decidida y seria, manifestando su fuerza en la organización de grupos autónomos y libres. (*LA PROTESTA HUMANA*, 15/07/1897, p. 3)

Em meio ao debate travado pelas duas vertentes, “organizadores” e “antiorganizadores” editaram diversos impressos para divulgar suas ideias. Jornais, revistas, livros, folhetos e almanaques foram publicados pelos anarquistas. Porém, desprovidos do capital econômico e social daquele que dirigiam os grandes empreendimentos editoriais da época, os anarquistas editaram à sua maneira. E também carregaram suas divergências políticas para o mundo da edição.

O circuito editorial anarquista em Buenos Aires

Por não se tratar de uma atividade comercial, as edições não eram vistas pelos anarquistas dentro da lógica de mercadoria. Todavia, era necessário ter dinheiro para custeá-las. Uma maneira buscada era a venda por subscrição, prática recorrente no meio editorial do século XIX. O processo se dava da seguinte maneira: o grupo interessado em editar algum impresso divulgava sua iniciativa, em geral através dos jornais e da distribuição de panfletos. Junto com a divulgação, o grupo imprimia as “listas de subscrição”, isto é, panfletos nos quais incluía uma descrição sucinta do que seria publicado, os valores de venda estipulados e uma lista para que as pessoas interessadas pudessem se inscrever, tornando-se, assim, assinantes e adquirindo

previamente os impressos. Nas listas havia três colunas: uma para o leitor escrever seu nome, outra para seu endereço e a última para a quantia doada.

Todavia, o principal meio de financiamento entre os anarquistas era a subscrição voluntária. Seu funcionamento era o mesmo que acabamos de descrever mas, ao contrário da venda por subscrição, as contribuições poderiam ser de qualquer valor e não necessariamente os doadores recebiam algum exemplar. Vale notar que a subscrição voluntária não era apenas um mecanismo de arrecadação de dinheiro para as edições. Tratava-se de uma prática recorrente entre os grupos anarquistas com o objetivo de reunir dinheiro para diversos fins, como a edição de impressos, criação de centros sociais e escolas, campanhas de libertação de presos, de apoio à família de militantes presos ou executados, entre outros. Após a coleta das doações, os grupos responsáveis pelas edições publicavam o balanço de contas, nos próprios folhetos ou em jornais, discriminando cada doador e sua localidade, a respectiva quantia doada e os gastos da edição, geralmente indicando o custo da impressão e a tiragem.

É possível notar relações entre a escolha do meio de financiamento e a linha ideológica adotada por cada grupo. Os antior-organizadores, ao se colocarem firmemente contra qualquer sistema de venda, adotavam somente a subscrição voluntária em todos os projetos editoriais. Em contrapartida, suas publicações não conseguiam estabelecer uma periodicidade. Exemplificando a dualidade de se manter somente com doações e aceitar a situação de instabilidade econômica, há no cabeçalho dos seus jornais duas divisas: “se publica por suscripción voluntaria/ aparece cuando puede”. Se a maioria dos projetos

editoriais não se sustentava e deixava de ser publicada após alguns números há, em contrapartida, os casos de *El Perseguido* e *El Rebelde* que se mantiveram com essa lógica durante anos, ainda que marcados pela intermitência. Já os organizadores, para cobrir os custos adotavam, em geral, a venda por subscrição para suas publicações periódicas e a subscrição voluntária para as publicações avulsas, ou seja, livros e folhetos. Todavia, mesmo não enxergando problemas em precificar os apoios econômicos, eles recorriam à subscrição voluntária para solucionar seus problemas com o financiamento.

O financiamento por meio da subscrição voluntária às vezes dava certo, outras vezes não. Quando o montante reunido não era suficiente para cobrir todos os custos da edição, a subscrição voluntária era mantida para, ao menos, atenuar a dívida contraída. Foi o caso do grupo Juventud Comunista Anárquica quando editou o livro “La conquista del pan” de Piotr Kropotkin, cuja história desta edição trataremos com detalhes mais a frente. No momento da impressão o déficit era de 422,76 pesos, caindo para 46 pesos depois de sete meses de manutenção das contribuições após a publicação do livro (EL PERSEGUIDO, 11/07/1895, p. 4; EL PERSEGUIDO, 14/02/1896, p. 4).

Porém, também havia os casos em que o montante reunido ultrapassava os custos da impressão. Nessas situações, o excedente entrava como ingresso para outra edição do mesmo grupo. Foi o caso de folhetos publicados pela Librería Sociológica: na subscrição para financiar a edição de “La anarquía ante los tribunales”, de Pietro Gori, houve um excedente de \$48,08, que foi destinado na campanha de subscrição em favor da publicação de “Anarchia e Comunismo”, de Carlo Cafiero

(LA PROTESTA HUMANA, 26/03/1899, p. 4). O montante das subscrições voluntárias para o folheto de Cafiero também excedeu os gastos, com o saldo chegando no valor de \$15,46, que foi destinado para a impressão de “Enseñanza libertaria y enseñanza burguesa”, de Jean Grave (LA PROTESTA HUMANA, 26/03/1899, p. 4; LA PROTESTA HUMANA, 03/09/1899, p. 4). Porém, o financiamento dessa edição resultou em um déficit \$9,87 para o editor, quebrando assim a frágil reserva de dinheiro de um folheto para o seguinte.

Para a distribuição dos seus impressos, os anarquistas mantinham o esforço em se distanciar da lógica da mercadoria. A questão da venda era também um elemento de diferenciação entre os dois principais setores do anarquismo portenho. Enquanto para os antiorganizadores a transformação dos seus impressos em mercadorias era negada, os organizadores não enxergavam problemas em vender suas edições. Isso não quer dizer que os últimos também não recorressem à difusão por meio da doação de qualquer quantia, mas sim que para os primeiros essa era a única via de distribuição. Embora para os antiorganizadores fosse uma questão ideológica, em contraste, para os organizadores a escolha entre estabelecer um preço fixo ou não para um impresso era uma decisão feita a partir das expectativas da sua difusão, baseada no potencial efeito para a propaganda.

A venda sem precificação era chamada de “contribuição voluntária”. Tratava-se de um sistema de doações, no qual cada pessoa poderia ter um exemplar pagando o valor que quisesse. Para os grupos da linha anti-organização, com sua postura radical de rechaço de qualquer tipo de venda, tratava-se de um princípio. Sobre as consequências dessa opção,

podemos fazer um paralelo referente às consequências da utilização da subscrição voluntária como único meio de financiamento para cobrir os custos das suas edições. Apontamos, previamente, de qual maneira a adoção das subscrições voluntárias afetava as edições irregulares em seus jornais, representados pelo lema “aparece cuando puede”; agora é possível perceber uma situação análoga a respeito da venda. Ao contarem somente com as contribuições voluntárias como forma de distribuição, a edição de seus livros e folhetos sofreu mais com a instabilidade econômica do que aquelas dos grupos pró-organização. Todos os projetos editoriais anarquistas do período apresentavam dificuldades em suas finanças, contudo nota-se como essa situação foi mais determinante para o abandono do trabalho editorial entre os antiorganizadores. Isso ocorreu com o grupo La Expropiación, forçado a encerrar seu projeto editorial com duração de nove meses afirmando como razão sua situação financeira (ZARAGOZA, op. cit., p. 170.). Aliás, acreditamos que o grupo fez a melhor síntese de como os anarquistas contrários à organização pensavam economicamente suas edições:

Hacemos notar a los compañeros que la propaganda de este grupo depende de la ayuda pecuniaria y la actividad de todos los que simpatizan con sus publicaciones. Siendo nosotros Anarquistas-Comunistas y por consiguiente contrarios a todo sistema de venta, aunque este sea para la propaganda, ponemos nuestras publicaciones a disposición de todos los trabajadores, sin embargo contamos con la cooperación de CADA UNO, SEGUN SUS FUERZAS (ETIEVANT, 1895, p. 29).

Em suma, a distribuição por valores simbólicos dependia diretamente da colaboração

para o financiamento das edições. Essa aposta em adotar apenas uma forma de ingresso monetário foi levada a cabo rigidamente, não obstante seus riscos. Quando essa estratégia não surtia os efeitos desejados, reforçavam-se os pedidos por um maior apoio. O próprio *La Expropiación*, após adquirir um déficit acumulado da edição de quatro folhetos na quantia de \$178.57, conclamou os simpatizantes do seu projeto para que “no se cansen de abrir por todos lados suscripciones voluntarias. De esta manera solamente podremos realizar la idea de publicar un opúsculo mensual. Pues, voluntad compañeros, y que nuestros esfuerzos no queden infructuosos” (KOENINGSTEIN, 1895, p. 31).

O *Los Ácratas* representou a única exceção entre os “antiorganizadores”. O coletivo iniciou suas publicações em 1897 exclusivamente com o aporte das subscrições voluntárias e repassando-as aos seus leitores ou redistribuidores através de doações. No entanto, a partir de 1899, o grupo passou a cobrá-los. A primeira edição com valor fixado foi “*El Espíritu Revolucionario*”, de Kropotkin (*LA PROTESTA HUMANA*, ?/[07]/1899, p. 4). Em março de 1900, deixou um lote de seus folhetos à venda na redação do *La Protesta Humana*, sendo que metade da quantia arrecadada seria passada para o jornal³ (*La Protesta Humana*, 04/03/1900, p. 4).

Já para a linha pró-organização, a escolha de precificar ou não algum título era pensada caso a caso. Como exemplo, veremos o

caso de Fortunato Serantoni. No início, seus primeiros folhetos eram repassados por contribuição voluntária, mas a partir de 1898 passou a cobrar um valor fixo. Porém, depois desse ano, abriu duas exceções: “*Anarchia e Comunismo*”, de Carlo Cafiero e “*Per un innocente d’Italia*”, escrito por ele mesmo. Esse título se inscreve em um contexto específico: a campanha de libertação de Cesare Batacchi, na qual Serantoni teve uma participação destacada. Feita para prover a atuação dos seus companheiros na Itália, a edição foi distribuída gratuitamente. Dessa forma, o interesse em difundir a obra amplamente e a expectativa sobre seu potencial alcance definiram o modo como ela foi distribuída. Para esclarecer seu intuito, Fortunato Serantoni escreveu uma nota introdutória:

*A gli amici e ai giornali socialisti e anarchici d’Italia a cui rimettiamo gratis buon numero di copie del presente opuscolo, raccomandiamo loro a volersi interessare per la maggiore diffusione di questa nostra modesta pubblicazione, la quale ha un solo ed unico pregio: quello, cioè, di dire la verità VERA (sic) intorno alle mostruose infamie che racchiude il processo della bomba di Firenze.*⁴(SERANTONI, 1899, p. 2)

Ao analisarmos quantitativamente as edições anarquistas, percebemos que a contribuição voluntária era a forma mais comum de distribuição. No nosso levantamento bibliográfico, conseguimos

³ Os folhetos citados são: *La peste religiosa*, de Johann Most; *Nuestras convicciones*, de J. Illetnamon; *De la pátria*, de Augustin Hamon; *La anarquia se impone*, de Palmiro; *La ley y la autoridad e El espíritu revolucionario*, ambos de Piotr Kropotkin; e *Los crímenes de dios*, de Sébastien Faure.

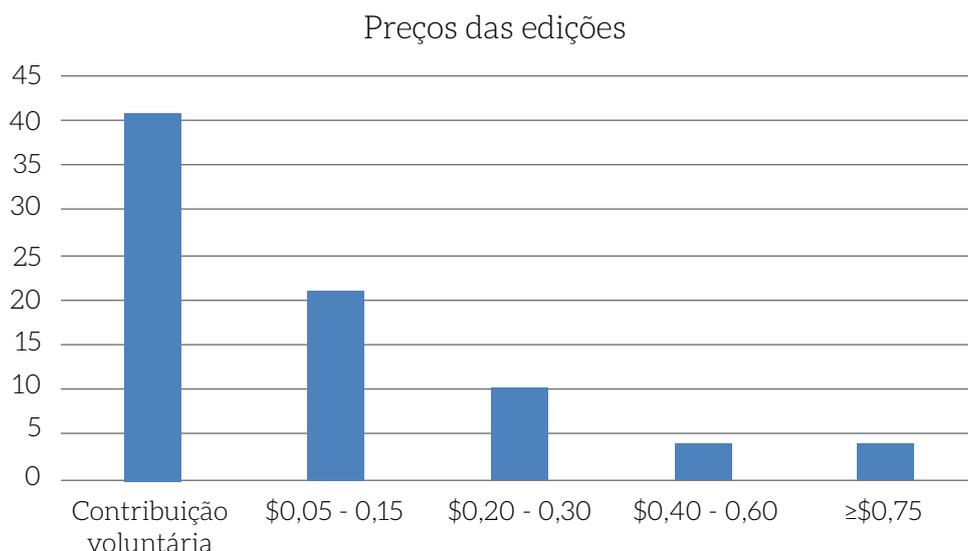
⁴ “Aos amigos e jornais socialistas e anarquistas da Itália, para os quais enviamos gratuitamente um bom número de cópias do presente folheto, recomendamos que se interessem pela maior difusão desta modesta publicação, que contém um só e único mérito: o de dizer a verdade verdadeira sobre a monstruosa infâmia que envolve o processo da bomba de Florença”.

identificar o valor de venda de um exemplar único de 80% dos 96 títulos de livros e folhetos publicados no período estudado. Cerca de 4% indicava apenas o preço de pacotes com vinte ou mais cópias e não

conseguimos encontrar informações sobre os 16% restantes⁵. No gráfico 1, dividimos os preços unitários de livros e folhetos em faixas de preços, como pode ser observado abaixo:

[Gráfico 1]

Faixas de preços dos livros e folhetos anarquistas publicados em Buenos Aires (1890-1905)



Fonte: CUNHA, 2018, p. 185.

A grande parcela das edições era vendida ser ter um preço estipulado pelo editor, sob a forma de “contribuição voluntária”. Esses títulos agrupam aproximadamente 40% do conjunto total⁶. Em seguida, o segundo maior conjunto é a de publicações vendidas por no máximo \$0,15, correspondendo

a mais ou menos 20%⁷. Atrás encontram-se aquelas com preço que variavam entre 20 e 30 centavos, com 10%⁸. Por fim, tanto a faixa de preço de \$0,40 a \$0,60, como a de livros e folhetos que custavam, no mínimo \$0,75, representavam cerca de 5% cada⁹.

Esses títulos ocuparam um importante lugar no campo de leitura argentino. Nota-se a relevância ao compararmos suas tiragens com os folhetos da literatura criollista, resgatando os números apresentados por Prieto. Segundo o autor, títulos como “El moderno

⁵ Oitenta edições entraram na composição do gráfico. Quatro títulos indicavam apenas o preço de pacotes e não encontramos informações sobre dezessete publicações. No conjunto total, quatro edições foram distribuídas por contribuição voluntária e, posteriormente, vendidas por \$0,10 e uma era vendida, simultaneamente, por \$0,15 nas livrarias e nos kioscos, e distribuída por contribuição voluntária para os “companheiros”. Dessa forma, contabilizamo-nas tanto em uma faixa de preço como na outra.

⁶ 41 dos 96 títulos no total.

⁷ 21 dos 96 títulos no total.

⁸ 10 dos 96 títulos no total.

⁹ Cada faixa de preço citada está composta por 4 dos 96 títulos no total.

payador Candelario” e “Los apuros de un vigilante”, ambos de 1897, tiveram uma impressão de 20.000 cópias (PRIETO, 1988, p. 67-68). Como observamos no quadro 1, as maiores tiragens de publicações ácratas foram alcançadas por “De la patria”, de Augustin Hamon, publicado em 1898 pelo grupo Los Ácratas, e “Verité”, uma compilação de textos de Élisée Reclus, Carlo Pisacane e Octave Mirabeau, editado em 1902 pelo Defensores de Nuevas

Ideas. Ambos tiveram 10.000 exemplares. Isto posto, nota-se uma inferioridade quantitativa, mas que não deixa de representar números importantes para o período. Basta comparar com os números obtidos por edições de autores considerados da elite letrada. Em 1905, em contraste, Leopoldo Lugones imprimiu 2.000 cópias de seu “La guerra gaucha”. Essa cifra foi a quantidade mínima das publicações ácratas¹⁰.

[Quadro 1]
Tiragens das edições anarquistas (1890-1905)

Ano	Título	Autor	Tiragem
1892	Entre campesinos (primeira edição)	Errico Malatesta	2.000
1893	Entre campesinos (segunda edição)	Errico Malatesta	5.000
1893	Entre campesinos/Himno Anárquico/Milongas anarquistas	Errico Malatesta e outros	8.000
1895	La conquista del pan	Piotr Kropotkin	2.000
1895	Ravachol	La Expropiación e Ravachol	5.000
1895	La anarquía en la evolución socialista	Piotr Kropotkin	5.000
1895	A las hijas del pueblo (primeira edição)	Anna Maria Mozzoni	2.500
1895	A las muchachas que estudian / La unión libre	Anna Maria Mozzoni / Giovanni Rossi	4.000
1896	La religión y la cuestión social	Juan Montseny	3.000
1896	Un Episodio de amor en la Colonia Cecilia	Giovanni Rossi	3.000
1896	Perché siamo anarchici?/Discurso di Émile Henry	Saverio Merlino/Émile Henry	3.000
1897	Los crímenes de Dios	Sébastien Faure	5.000
1898	A las hijas del pueblo (segunda edição)	Anna Maria Mozzoni	4.000
1898	Educación y autoridad paterna	André Girard	4.000
1898	De la patria	Augustin Hamon	10.000
1898	La ley y la autoridad	Piotr Kropotkin	5.000
1899	Anarchia e comunismo	Carlo Cafiero	4.000
1899	Che cosa è l'anarchia/Io accuso!	Domenico Zavattero/Sébastien Faure	4.000
1899	Per un innocente d'Italia. Cesare Batacchi condannato all'ergastolo	Fortunato Serantoni	3.000
1902	Verité	Élisée Reclus/ Octave Mirabeau/ Carlo Pisacane	10.000

Fonte: CUNHA, 2018, p. 180.

¹⁰ A respeito dessa comparação, temos que levar em conta as características físicas de cada edição. Enquanto as publicações ácratas eram, em geral, rudimentares, a qualidade do livro

enquanto objeto era levada em conta para os leitores cultos, o que refletia no custo de impressão e, por conseguinte, nas tiragens. Ver EUJANIÁN, 1999.

Conclusão

A análise do circuito editorial anarquista nos permite travar contato com uma experiência editorial das classes subalternas. Em geral, os estudos da História do Livro e da Edição têm se voltado para as grandes editoras que gerem os rumos do mercado editorial. Se, por um lado, essa ênfase reflete a importância de tais empreendimentos para a circulação dos impressos em realidades sociais específicas, a restrição das pesquisas a esse recorte cria uma distorção histórica. Pode-se pensar que a produção e a circulação de impressos estão única e exclusivamente nas mãos de imponentes editores e suas companhias.

Dessa forma, trazeremos à tona as publicações anarquistas quebra essa visão historiográfica. Como vimos, trabalhadores, em sua maioria imigrantes, que se identificavam com o ideário libertário se reuniam em pequenos grupos para se dedicarem à edição de jornais, livros, folhetos e revistas. Entre eles havia pelo menos um tipógrafo, o que facilitava o trabalho. Porém, havia uma clara distância entre os outros empreendimentos editoriais de cunho comercial. Enquanto os projetos editoriais em Buenos Aires eram promovidos por livreiros ou tipógrafos que detinham um capital para investir na edição de livros, os grupos editores anarquistas dependiam de doações, arrecadadas por meio das subscrições voluntárias. Ademais, grande parte das publicações de livros e folhetos não eram precificadas, reforçando a intenção dos ácratas em se distanciar da lógica presente no mercado editorial. A forma de distribuição

preferida era a contribuição voluntária, onde cada leitor podia dar a quantia que quisesse para adquirir a publicação. Percebemos que o caráter voluntarista do circuito representou, ao mesmo tempo, um fator limitante e potencializador. Tais práticas trouxeram dificuldades econômicas, forçando o encerramento de vários projetos editoriais. No entanto, notamos que o valor módico das publicações anarquistas também foi determinante para o alcance da sua distribuição e as doações representaram uma estratégia eficaz para financiar as publicações na ausência de uma reserva de capital.

Comparando com as tiragens das obras de maior circulação na época, observamos que o circuito editorial anarquista não ocupava um lugar marginal no conjunto das publicações portenhas. Os folhetos anarquistas alcançaram um número razoável de exemplares, demonstrando um potencial alcance que não pode ser desprezado, sobretudo por serem publicados sob as especificidades que comentamos anteriormente.

Portanto, essa pesquisa pretendeu resgatar tais projetos editoriais que foram esquecidos pela historiografia dedicada à produção, circulação e recepção de livros e demais impressos. Eles ocuparam um lugar relevante em seu tempo e foram subdimensionados posteriormente pelos historiadores. Com isso, também reforçamos a importância de olharmos não apenas para os empreendimentos editoriais daqueles que frequentavam os salões nobres e ocuparam cargos destacados na sociedade em que viveram. Devemos também olhar para os esforços das pessoas que insistiram em superar os obstáculos

econômicos e culturais originados da sua origem social e também se dedicaram aos livros e à difusão da palavra escrita. Os subalternos também podem editar. ■

[**EDUARDO AUGUSTO SOUZA CUNHA**]

É mestre em História Econômica pela FFLCH-USP, com a dissertação "Editar a revolta: edição e circulação de impressos anarquistas em Buenos Aires (1890-1905)".

E-mail: eduardoascunha@gmail.com

Referências

Documentos

L'AVVENIRE, ano II, núm. 19, 21/03/1897

ETIEVANT, Georges. **Declaraciones**. Buenos Aires: La Expropiación, 1895

KOENINGSTEIN, François Claudius. **Ravachol**. Buenos Aires: La Expropiación, 1895

EL OBRERO PANADERO, ano II, núm. 1, 20/09/1895

EL PERSEGUIDO, ano II, núm. 17, 18/03/1891

EL PERSEGUIDO, ano III, núm. 45, 24/07/1892

EL PERSEGUIDO, ano III, núm. 48, 25/09/1892

EL PERSEGUIDO, ano VI, núm. 85, 11/07/1895

EL PERSEGUIDO, ano VII, núm. 97, 14/02/1896

LA PROTESTA HUMANA, ano I, núm. 3, 15/07/1897

LA PROTESTA HUMANA, ano I, núm. 6, 02/09/1897

LA PROTESTA HUMANA, ano III, núm. 56, 26/03/1899.

LA PROTESTA HUMANA, ano III, núm. 63, ?/[julho]/1899.

LA PROTESTA HUMANA, ano III, núm. 66, 03/09/1899.

LA PROTESTA HUMANA, ano III, núm. 79, 04/03/1900.

SERANTONI, Fortunato. **Per un inocente d' Italia**: Cesare Batacchi, condannato all'ergastolo. Buenos Aires: Librería Sociológica, 1899.

Bibliografía

BOURDÉ, Guy, **Buenos Aires**: urbanización e inmigración. Buenos Aires: Editora Huemul, 1977.

CUNHA, Eduardo Augusto Souza. **Editar a revolta**: edição e circulação de impressos anarquistas em Buenos Aires (1890-1905). 315 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06122018-131711/es.php>. Acesso em: 12 jan. 2019.

DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln (orgs.). **Edgard Carone**: leituras marxistas e outros estudos. São Paulo: Xamã, 2004.

EJANIAN, Alejandro. La cultura: público, autores y editores. In.: BONAUDO, Marta (org). **Nueva Historia Argentina, tomo IV**: Liberalismo, Estado y orden burgués (1852-1880). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

FALCÓN, Ricardo. **Los orígenes del movimiento obrero (1857-1899)**. Buenos Aires: Centro editor de la América Latina, 1984.

FRANCO, Stella Maris. **Luzes e sombras na construção da nação argentina**: os manuais de História Nacional (1868-1912). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. Sociedades barriales y bibliotecas populares. In.: _____. **Sectores populares, cultura y política**: Buenos Aires en la Entreguerra. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

OVED, Iacov. **El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina**. Buenos Aires: Siglo XIX Editores, 1978.

PASTORMELO, Sergio. 1880-1899: el surgimiento de un mercado editorial. In.: DE DIEGO, José (org). **Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2010)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

PELLOUTIER, Fernand. **O anarquismo e os sindicatos operários**. São Paulo: Editora Imaginário, 2013.

PLANAS, Javier. Bibliotecas populares en la Argentina decimonónica. Aproximaciones críticas a una política de lectura. **I Jornada de intercambio y reflexión acerca de la investigación en bibliotecología**. La Plata, 6-7 de diciembre de 2010. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2010.

PLANAS, Javier. **Libros, lectores y lecturas**: Las bibliotecas populares en la Argentina entre 1870 y 1876. 2012. 169 f. Dissertação de mestrado - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata. La Plata, 2012.

PLANAS, Javier. Hacer las reglas del hacer: concepciones y rutinas bibliotecarias en los reglamentos de las bibliotecas populares en la Argentina (1870-1875). **Revista de História Regional**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.203-226, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5212/rev.hist.reg.v.19i1.0009>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

PRIETO, Adolfo, **El discurso criollista en la formación de la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1988.

QUESADA, Ernesto, **El criollismo en la literatura argentina**. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora Coni Hermanos, 1902.

TURCATO, Davide. **Making sense of anarchism**: the experiments with revolution of Errico Malatesta, Italian exile in London (1889-1900). 433 f. Tese (Doutorado em História) - Department of History, Simon Fraser University, Burnaby, Canadá, 2009.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes**: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ZARAGOZA, Gonzalo. **Anarquismo Argentino** (1876-1902). Buenos Aires: Ediciones de La Torre, 1996.